

MOÇÃO

Foram anunciados os propósitos do Governo PSD/CDS de alteração da legislação de trabalho.

Dando andamento ao programa subscrito por PS, PSD e CDS-PP e satisfazendo as pretensões do capital a pretexto do falso argumento do combate ao défice, visam a aplicação do programa drástico de agravamento da exploração que há muito perseguem e que a luta dos trabalhadores sucessivamente derrotou.

Considerando os cinco aspectos principais que caracterizam esta nova fase :

1. A tentativa de liberalizar os despedimentos individuais sem justa causa, em grosseira violação da Constituição da República e pondo em causa questões essenciais da estabilidade e dignidade no trabalho e da vida dos trabalhadores.

2. A tentativa de prolongar os horários de trabalho e de imposição do banco de horas na relação individual com o trabalhador, que afecta a organização da vida pessoal e familiar e torna a organização da vida do trabalhador dependente da vontade discricionária do patrão.

3. A tentativa de reduzir para metade o valor do pagamento do trabalho em dias de descanso e das horas extraordinárias, e de eliminar o descanso compensatório a que os trabalhadores têm direito quando realizam trabalho aos sábados, domingos e feriados ou quando acumulam trabalho extraordinário.

4. A tentativa de pôr em causa a contratação colectiva, expropriando esse direito constitucional aos sindicatos, atribuindo-o às Comissões de Trabalhadores, tentando usá-las para liquidar direitos e reduzir as remunerações dos trabalhadores.

5. A tentativa de redução da duração e do montante do subsídio de desemprego para um limite máximo de dezoito meses, a diminuição do montante máximo, a par da redução progressiva do seu valor à medida que se prolonga a situação de desemprego são objectivos anunciados e tanto mais inadmissíveis quanto o desemprego afecta cerca de um milhão de trabalhadores, dos quais mais de metade não recebem subsídio.

Só no concelho de Loures, em Agosto deste ano, estavam inscritos no centro de emprego 9044 desempregados enquanto em Dezembro de 2010 eram 8650.

A Assembleia Municipal de Loures reunida em 29/09/2011 delibera:

A. Alertar os trabalhadores e a população do concelho de Loures que o destino de todas estas medidas é engrossar os lucros do grande capital, como também está patente nas privatizações e eliminação das “golden-share”, no escândalo do BPN, nos rios de dinheiro público para os banqueiros, no aumento brutal dos bens e serviços de primeira necessidade como os transportes públicos, a electricidade e o gás e no ataque à administração e aos serviços públicos.

B. Denunciar e repudiar as consequências da aplicação deste programa de submissão e agressão, assente no agravamento da exploração, emanação da natureza do capitalismo, do processo de integração da UE e da continuação da política de direita, abatem-se sobre os trabalhadores, o povo e o País, com empobrecimento, mais desemprego, recessão e mais falências, menos produção, mais dependência e afundamento do País, num desastre que está em curso e é preciso impedir.

C. Afirmar claramente que há alternativa: uma política que tenha como componente essencial a valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos seus salários, direitos e condições de vida, no combate à exploração e na afirmação do regime e das orientações políticas que a Constituição da República consagra.

Loures 29 de Setembro de 2011

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária

Reprovada com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP